

Informe
anual
2020



Informe
anual
2020

Naturgy 



Informe
anual
2020

06

Demonstrações financeiras

- | 04 | Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020
- | 44 | Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
- | 46 | Parecer do conselho fiscal

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	180.275	83.418
Contas a receber de clientes ^(Nota 7)	232.259	206.726
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	43.433	57.302
Despesas antecipadas	841	396
Outros ativos	1.522	1.157
	458.330	348.999
Não circulante		
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	8.913	9.571
Depósitos judiciais ^(Nota 17)	2.238	2.861
Ativos fiscais diferidos ^(Nota 9)	23.153	23.695
Outros ativos	18	18
	34.322	36.145
Intangível ^(Nota 11)	635.221	651.465
Ativo direito de uso ^(Nota 12.1)	390	873
	669.933	688.483
Total do ativo	1.128.263	1.037.482

	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores ^(Nota 13)	237.061	231.254
Obrigações por arrendamento ^(Nota 12.2)	424	507
Empréstimos e financiamentos ^(Nota 14)	5.459	197.839
Tributos a recolher ^(Nota 15)	56.850	27.546
Contas a pagar a partes relacionadas ^(Nota 10)	350	320
Dividendos e JCP a pagar ^(Nota 10)	31.162	27.056
Demais contas a pagar	800	1.429
	332.106	485.951
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos ^(Nota 14)	350.000	160.000
Obrigações por arrecadamento ^(Nota 12.2)	6	410
Provisão para contingências ^(Nota 17)	16.131	17.036
Débitos restituíveis	1.966	2.101
	368.103	179.547
Total do passivo	700.209	665.498
Patrimônio líquido ^(Nota 16)		
Capital social	161.419	161.419
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	266.545	210.475
Total do patrimônio líquido	428.054	371.984
Total do passivo e patrimônio líquido	1.128.263	1.037.482

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receita líquida (Nota 19)	2.182.934	2.733.385
Custo do serviço prestado (Nota 20)	(1.933.335)	(2.459.522)
Lucro bruto	249.599	273.863
Despesas de vendas, administrativas e gerais (Nota 22)	(49.286)	(77.203)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 23)	(6.757)	(8.779)
Lucro operacional	193.556	187.881
Receitas financeiras	4.952	6.263
Despesas financeiras	(16.554)	(37.020)
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	(11.602)	(30.757)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	181.954	157.124
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 15.b)	(56.765)	(46.445)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 15.b)	(542)	(637)
Lucro líquido do exercício	124.647	110.042
Quantidade de lote de mil ações em circulação	1.995.023	1.995.023
Lucro líquido básico por lote de mil ações	0,06248	0,05516

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	124.647	110.042
Total do resultado abrangente do exercício	124.647	110.042

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	181.954	157.124
Ajustes		
Amortizações do intangível	39.522	39.306
Depreciação ativo por direito de uso	483	558
Provisão para contingências	(1.407)	(270)
Atualização das contingências	502	793
Juros provisionados e não pagos	15.575	26.708
Resultado na venda do intangível	73	-
Juros sobre arrendamento	63	112
Atualização monetária sobre depósito judicial	(104)	(71)
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.901	638
Custos de empréstimo	-	678
Lucro antes dos impostos ajustado	238.562	225.576
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(27.434)	(34.998)
Tributos a recuperar e diferidos	64.902	22.206
Outros ativos	(83)	424
Fornecedores	5.807	43.720
Tributos a recolher	(28.003)	(39.696)
Contas a pagar a partes relacionadas	30	(1.038)
Outros passivos	(2.854)	1.423
Caixa proveniente das operações	250.927	217.617
Juros pagos sobre empréstimos	(17.955)	(38.387)
Juros pagos sobre direito de uso	(67)	(119)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(49.833)	(50.043)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	183.072	129.068
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(23.351)	(27.281)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(23.351)	(27.281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal sobre direito de uso	(483)	(507)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(62.381)	(100.577)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(62.864)	(101.084)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	96.857	703
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.418	82.715
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	180.275	83.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 2018	161.419	90
Reversão da reserva de expansão	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Instrumentos financeiros	-	-
Destinação do lucro:		
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 9,3959 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos propostos (R\$ 5,5749 por lote de mil ações) a definir em AGOE	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2020)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	161.419	90
Reserva especial	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 6,9849 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos propostos (R\$ 9,6826 por lote de mil ações) a definir em AGOE	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2021)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	161.419	90

Reservas de lucros

Expansão	Legal	Especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
100.674	30.465	33.794	45.075		(839)	370.678
(11.501)	-	-	-	11.501	-	-
-	-	(33.794)	(45.075)	-	-	(78.869)
-	-	-	-	110.042	-	110.042
-	-	-	-	(839)	839	-
-	1.819	-	-	(1.819)	-	-
-	-	-	-	(18.745)	-	(18.745)
-	-	-	-	(11.122)	-	(11.122)
-	-	-	89.018	(89.018)	-	-
89.173	32.284	-	89.018	-	-	371.984
-	-	53.692	(53.692)	-	-	-
-	-	-	(35.326)	-	-	(35.326)
-	-	-	-	124.647	-	124.647
-	-	-	-	(13.934)	-	(13.934)
-	-	-	-	(19.317)	-	(19.317)
-	-	-	91.396	(91.396)	-	-
89.173	32.284	53.692	91.396	-	-	428.054

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A CEG RIO S.A. (a “Companhia” ou “CEG RIO”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 18.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todas as atividades correlatas, compatíveis com a natureza do serviço de distribuição de gás.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA tem o prazo de 30 anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela sua integridade;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de abril de 2021.

1.1. Deliberação AGENERSA

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenera) publicou no Diário Oficial do Estado a Deliberação 3.862/2019, que estabelece diretrizes para o novo marco regulatório para o mercado livre de gás no Rio de Janeiro. Com a divulgação, o Estado passa a ser o primeiro do País a se enquadrar às novas regras da Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabeleceu diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural.

Os principais impactos fiscais sobre a nova operação é a incidência de ISS (impostos sobre serviços) apenas para a térmica instalada no município do Rio de Janeiro. Em relação ao ICMS não há mudanças significativas a respeito dos percentuais já praticados.

Vale destacar que, com a mudança da Deliberação 3.862/2019 referente a modalidade de venda para o mercado termelétrico, onde passou a ser considerado como cliente livre (ATR). Na condição de consumidor livre uma das termelétricas que anteriormente comprava o gás de uma distribuidora passou a negociar o gás e comprá-lo diretamente da Petrobras, desta forma houve redução no volume de gás vendido pela Companhia, uma vez que anteriormente esta comprava o gás e o revendia (na condição de distribuidora), neste novo cenário a Companhia passou contudo a cobrar pelo transporte do gás por sua malha, uma vez que o cliente não está diretamente conectado à Petrobras. Cabe ressaltar que não há impacto significativo no lucro bruto da Companhia, uma vez que esta cobra pelo serviço de transporte (que é seu core e onde sempre esteve sua margem) e agora não mais arca com o custo de compra do gás e risco de crédito sobre vendas de gás a termelétrica.

1.2. Impactos da Covid-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificando o surto da Covid-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar o segmento de Distribuição de Gás Natural.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo mas não se limitando a: i) desempenho da demanda de gás, ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazos e v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Com relação ao período analisado, o principal impacto observado, até 31 de dezembro de 2020, foi a redução na taxa de arrecadação do período, quando comparado ao mesmo período de 2019. Como medida a Companhia realizou uma provisão complementar da inadimplência.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo à Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de seus clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

■ Criação do Comitê de Crise

A Companhia instituiu o Comitê de Crise Covid-19. A proposta do Comitê é acompanhar os principais indicadores (qualitativo e quantitativo) da Companhia possibilitando, se necessária, uma reformulação nas medidas adotadas.

■ Suspensão de cortes de fornecimento

Seguindo as determinações legais, em especial as normativas da Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Microempreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte por inadimplência do fornecimento de gás natural canalizado, abrangendo aproximadamente oitenta e quatro mil clientes. Os cortes serão realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida vale para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médico-hospitalares.

■ Redução de tarifas

A Companhia reduziu as tarifas de gás natural no Rio de Janeiro a partir de 1º de agosto de 2020, em função da redução do custo de aquisição do gás natural fornecido pela Petrobras. Os percentuais médios de redução na área da Ceg Rio (interior do Estado do Rio) serão em torno de 6,9% para o segmento residencial; 9,6% para o comercial; 14,2% a 18,6% para o industrial e 19,2% para GNV.

■ Segurança para os clientes

O atendimento presencial nas agências físicas e móveis foi suspenso. Os clientes podem solicitar serviços por meio do nosso site www.minhanaturgy.com.br e pelas páginas no Facebook (facebook.com/naturgybrasil), Instagram (instagram.com/naturgybrasil) e Twitter (twitter.com/naturgybrasil). Solicitações de emergência continuam sendo atendidas pelo 0800-024-0197. Além disso, foi lançada campanha para aumentar a adesão de clientes para o débito automático e a fatura *on-line*.

■ Serviços essenciais

As áreas operacionais da Companhia, que atuam no monitoramento de toda a rede de gás canalizado, assim como equipes técnicas de atendimento, continuam trabalhando 24 horas por dia, mas com cuidados redobrados de higiene e seguindo os planos de contingência.

A estrutura de fornecimento de GNV aos postos segue normalmente, para atender aos profissionais de serviços essenciais que ainda precisam deslocar-se pela cidade.

■ Leitura facilitada

A Companhia lançou o serviço de leitura facilitada, com o objetivo de contribuir para a redução de circulação de pessoas em condomínios e casas; além de incentivar a procura pelos serviços *on-line*. A ideia é que o cliente faça a leitura do seu consumo diretamente no medidor e envie as informações por meio do portal Minha Naturgy.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias::

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.6. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.7. Ativos intangíveis

i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2020.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas (Nota 21) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.13. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado e serão aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.

As normas analisadas pela Companhia foram:

- CPC 11 - Contratos de seguro
- IAS 1 - Classificação de passivo como circulante e não circulante

2.17. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se puder ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Pronunciamento revisado com alguns novos conceitos. Fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 136.995 (R\$ 113.241 em 31 de dezembro de 2019).

b) Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

c) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, segundo as políticas discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2020, não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado - instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 86.058 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita um único cliente, cujo volume faturado representa aproximadamente 52% (70% em 2019) do total sem considerar as térmicas (mercado convencional).

c) Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	5.564	285.838	87.973
Fornecedores	237.061	-	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	203.908	186.096	-
Fornecedores	231.254	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total de capital próprio e de terceiros. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos ^(Nota 14)	355.459	357.839
Menos: caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	(180.275)	(83.418)
Dívida líquida	175.184	274.421
Total do patrimônio líquido	428.054	371.984
Total do capital próprio e de terceiros	603.238	646.405
Índice de alavancagem financeira ^(%)	29%	42%

4.3. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap.

Em 31 de dezembro de 2020, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Apresentamos, a seguir, os principais instrumentos financeiros classificados por categoria:

	2020	2019
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nível 2)	180.275	83.418
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	232.259	206.726
Outros ativos	1.522	1.157
	414.056	291.301

	2020	2019
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	355.459	357.839
Dividendos e JCP a pagar	56.850	27.056
Contas a pagar de partes relacionadas	350	320
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	237.061	231.254
	649.720	616.469

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	355.459	355.459	357.839	357.839

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	53.814	53.318
Aplicações (CDBs)	126.461	30.100
	180.275	83.418

As aplicações classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2020	2019
Consumidores de gás e serviços		
Faturado	165.005	161.340
Não faturado	136.995	113.241
Venda de equipamentos e serviços	882	867
	302.882	275.448
Provisão para perdas de crédito esperadas	(70.623)	(68.722)
Total de contas a receber	232.259	206.726

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão para perda esperada, aproximam-se do valor justo.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2020	2019
A vencer	218.199	184.258
Vencidas até três meses	15.854	23.684
De três a seis meses	1.449	777
Acima de seis meses	67.380	66.729
	302.882	275.448

A Provisão para perdas de crédito esperadas está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407, R\$ 17.015 e R\$ 34.371 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, resultou-se no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final favorável à CEG RIO. Por isso, a Administração optou por manter o valor provisionado.

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	31/12/2020	31/12/2019
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A Vencer	0,77%	0,37%
1 a 30 dias	1,74%	1,78%
31 a 60 dias	41,61%	44,99%
61 a 90 dias	69,34%	78,11%
91 a 120 dias	82,44%	88,19%
121 a 180 dias	87,33%	77,75%
181 a 360 dias	82,12%	98,03%
Mais de 360 dias	99,52%	99,27%

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas seguem demonstrada abaixo:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	68.722	68.084
Provisão para perdas de crédito esperadas	4.677	3.075
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(2.776)	(2.437)
Em 31 de dezembro	70.623	68.722

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário do Covid-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual nº46.966, de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de algumas das categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

Em atendimento as restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, descritas na Nota 1.2, a Companhia deixou de suspender, após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso a partir de 10 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 15 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A Companhia possui uma carteira de 84.110 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos três clientes industriais, como também pelo faturamento a um único cliente, não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

As demais contas a receber do balanço não contêm ativos sujeitos a provisões para perda de crédito esperada.

8. Tributos a recuperar

	2020	2019
COFINS	16.549	12.655
Contribuição social ^(a)	18.869	8.802
ICMS a recuperar	12.809	41.609
PIS	3.594	2.747
Demais tributos	525	1.057
Imposto de renda ^(a)	-	3
	52.346	66.873
Circulante	43.433	57.302
Não circulante	8.913	9.571
	52.346	66.873

(a) Referem-se a antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social com base na receita bruta.

9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os seguintes eventos:

	2020	2019
Provisão para perdas de crédito esperadas	13.193	12.622
Provisão para contingências	5.485	8.198
AVP financeiro	3.826	2.210
Provisão de fornecedores	638	587
Outras adições e exclusões	11	78
Ativo não circulante	23.153	23.695

b) Movimentação**IR e CS diferidos ativos sobre:**

	Provisão para perdas de crédito esperadas	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Provisão de Fornecedores	Outras adições exclusões	Total
Em 31 de dezembro de 2019	12.622	8.198	2.210	587	78	23.695
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	571	(2.713)	1.616	51	(67)	(542)
Em 31 de dezembro de 2020	13.193	5.485	3.826	638	11	23.153

c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
2020	-	2.843
2021	2.778	4.739
2022	3.010	4.739
2023	3.473	4.739
2024	3.936	4.739
2025	4.631	948
2026	3.241	948
A partir de 2027	2.084	-
	23.153	23.695

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam transações e o valor total das operações que tenham sido celebradas com partes relacionadas para cada data de reporte apresentada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Controle comum:				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG ^(a)	93	350	-	19.476
Naturgy Soluções S.A. ^(b)	-	-	28	-
	93	350	28	19.476
JCP e dividendos				
Controladora:				
Naturgy DL S.A. ^(c)	-	18.571	-	-
Coligada:				
Pluspetrol Energy S.A. ^(c)	-	935	-	-
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ^(c)	-	11.656	-	-
	-	31.162	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	93	31.512	28	19.476
Em 31 de dezembro de 2019	-	27.376	56	18.963

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Controle comum:				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG ^(a)	-	320	12	18.963
Naturgy Soluções S.A. ^(b)	-	-	44	-
	-	320	56	18.963
JCP e dividendos				
Controladora:				
Naturgy DL S.A. ^(c)	-	16.124	-	-
Coligada:				
Pluspetrol Energy S.A. ^(c)	-	812	-	-
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ^(c)	-	10.120	-	-
	-	27.056	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	-	27.376	56	18.963

(a) Referem-se, substancialmente, a obrigações por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(b) Referem-se a recebimento de comissão por serviço de faturamento.

(c) Referem-se à distribuição de 25% do lucro líquido do exercício.

Não havia outras transações além dos dividendos pagos entre as entidades e a Companhia durante o exercício.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados entre as partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Conselho Fiscal	299	318
Conselho de Administração	327	411
Honorários dos administradores e diretor	3.679	3.563
	4.305	4.292

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionados com os membros-chave da Administração.

11. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidões de passagem ^(a)	Software ^(b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	147.657	20	398	515.415	663.490
Aquisição	-	-	329	26.952	27.281
Baixas líquidas	-	-	-	-	-
Amortização	(17.717)	(13)	(185)	(21.391)	(39.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.940	7	542	520.976	651.465
Custo total	214.854	281	2.602	705.121	922.858
Amortização acumulada	(84.914)	(274)	(2.060)	(184.145)	(271.393)
Valor residual	129.940	7	542	520.976	651.465
Saldos em 1º de janeiro de 2020	129.940	7	542	520.976	651.465
Aquisição	-	-	-	23.351	23.351
Baixas líquidas	-	-	-	(73)	(73)
Amortização	(17.717)	(5)	(151)	(21.649)	(39.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	112.223	2	391	522.605	635.221
Custo total	214.854	281	2.602	728.472	946.209
Amortização acumulada	(102.631)	(279)	(2.211)	(205.867)	(310.988)
Valor residual	112.223	2	391	522.605	635.221

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Software refere-se a investimento com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Máquinas e equipamentos	Outros ^(d)	Total em operação	Imobilizado em andamento ^(e)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	470.197	14.152	4.584	488.933	26.482	515.415
Aquisição	-	9.115	591	9.706	17.246	26.952
Transferência para imobilizado em operação	24.123	-	-	24.123	(24.123)	-
Amortização	(16.637)	(4.506)	(248)	(21.391)	-	(21.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	477.683	18.761	4.927	501.371	19.605	520.976
Custo total	633.907	43.889	7.720	685.516	19.605	705.121
Amortização acumulada	(156.224)	(25.128)	(2.793)	(184.145)	-	(184.145)
Valor residual	477.683	18.761	4.927	501.371	19.605	520.976
Saldos em 1º de janeiro de 2020	477.683	18.761	4.927	501.371	19.605	520.976
Aquisição	-	7.036	178	7.214	16.137	23.351
Transferência para imobilizado em operação	18.173	-	-	18.173	(18.173)	-
Transferência (e)	(39.049)	39.049	-	-	-	-
Baixas líquidas	(73)	-	-	(73)	-	(73)
Amortização	(9.292)	(12.021)	(336)	(21.649)	-	(21.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	447.442	52.825	4.769	505.036	17.569	522.605
Custo total	612.959	89.974	7.898	710.831	17.569	728.400
Amortização acumulada	(165.517)	(37.149)	(3.129)	(205.795)	-	(205.795)
Valor residual	447.442	52.825	4.769	505.036	17.569	522.605
Taxas anuais de amortização (em anos)	30	10 e 20	Diversas		-	

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 659 (R\$ 1.602 em 31 de dezembro de 2019) à taxa média de 4,23% (7,47% em 31 de dezembro de 2019).

12. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui ativos em arrendamento referentes à terrenos e edificações. O prazo de arrendamento de terrenos e edificações é de três anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % A.A
1 a 4 anos	9,95 e 11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos e edificações. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a 12 meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2020 são de R\$ 390 no ativo (R\$ 873 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 430 (R\$ 917 em 31 de dezembro de 2019) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

12.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2019	Amortizações	Saldo final 31/12/2020	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	58	(22)	36	3,67
Edificações	815	(461)	354	2,57
Total - ativo de direito de uso	873	(483)	390	

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2019:

Ativo de direito de uso	Adoção inicial	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2019	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	80	-	(22)	58	3,67
Edificações	1.435	(84)	(536)	815	2,57
Total - ativo de direito de uso	1.515	(84)	(558)	873	

12.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2019	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2020
Terrenos	61	5	(21)	(5)	40
Edificações	856	58	(462)	(62)	390
Total - ativo de direito de uso	917	63	(483)	(67)	430

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2019:

Passivo de arrendamento	Adoção Inicial	Encargos financeiros	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2019
Terrenos	80	7	-	(19)	(7)	(7)
Edificações	1.435	105	(84)	(488)	(112)	(112)
Total - passivo de arrendamento	1.515	112	(84)	(507)	(119)	(119)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Saldo final 31/12/2020
Terrenos	Fixa	9,95	34	6	40
Edificações (*)	Fixa	9,95 e 11,45	390	-	390
Total - obrigação por arrendamento			424	6	430

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Saldo final 31/12/2019
Terrenos	Fixa	9,95	19	61	80
Edificações (*)	Fixa	9,95 e 11,45	488	349	837
Total - obrigação por arrendamento			507	410	917

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2021	Janeiro de 2022 a dezembro de 2024	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	26	18	44	40
Edificações	408	-	408	390
Total	434	18	452	430

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2020, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 9,95% (terrenos) e 9,95% a 11,45% (edificações).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 208 (R\$ 118 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 483 (R\$ 558 em 31 de dezembro de 2019) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 67 (R\$ 119 em 31 de dezembro de 2019).

13. Fornecedores

	2020	2019
De gás (a)	227.535	215.602
De materiais	2.155	5.767
De serviços	7.371	9.885
	237.061	231.254

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 12º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 1º de julho de 2019, no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

14. Empréstimos e financiamentos

	2020	2019
Linhas de crédito	355.459	357.839
	355.459	357.839
Circulante	5.459	197.839
Não circulante	350.000	160.000
	355.459	357.839

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Data da Operação	Vencimento
Em moeda nacional			
Banco Safra	CDI+2,40%	17/08/2020	17/08/2022
Banco Mizuho	CDI+2,40%	03/11/2020	03/11/2023
Banco Itaú	CDI+1,45%	18/03/2019	18/03/2022
Banco Santander	CDI+1,399%	01/03/2019	02/03/2022

(a) Operações repactuadas durante o exercício de 2020.

(*) Lc - Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamento a longo prazo são os seguintes:

	2020	2019
2022	270.000	160.000
2023	80.000	-
	350.000	160.000

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 35.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2020	2019
Saldo inicial	357.839	368.840
Encargo provisionado	15.575	26.708
Custo amortizados no exercício	-	678
Encargo pago	(17.955)	(38.387)
Saldo final	355.459	357.839

15. Tributos a recolher

a) Composição do saldo

	2020	2019
Imposto de renda a pagar	22.899	5.412
ICMS	17.703	16.306
PIS e COFINS	14.013	3.757
Taxa Agência Reguladora	1.087	1.049
ISS	968	677
Outros	180	345
	56.850	27.546

Lc (*)	2020		2019	
	Curto Prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
100% ^(a)	1.759	110.000	111.686	-
100% ^(a)	556	80.000	80.234	-
100%	856	90.000	1.653	90.000
100%	2.288	70.000	4.266	70.000
	5.459	350.000	197.839	160.000

b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	181.954	181.954	157.124	157.124
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(45.489)	(16.376)	(39.281)	(14.141)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio	3.484	1.254	4.686	1.687
Incentivos fiscais	(150)	(54)	(42)	(15)
Outros	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(42.131)	(15.176)	(34.613)	(12.469)
Imposto corrente	(41.733)	(15.032)	(34.145)	(12.300)
Imposto diferido	(398)	(144)	(468)	(169)
	(42.131)	(15.176)	(34.613)	(12.469)
Alíquota efetiva	23%	8%	22%	8%

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social de R\$ 161.419 está representado por 1.995.023 ações, sendo 665.008 ordinárias e 1.330.015 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Capital detido (%)	Capital detido (%)
Residentes no exterior:		
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Naturgy Distribución Latinoamerica S.A.	468.576	720.345
Residentes no país:		
Gaspetro - Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	2020	2019
Lucro líquido	124.647	110.042
Constituição da reserva legal	-	(1.819)
Compensação CPC 48	-	(839)
Base de cálculo dos dividendos	124.647	107.384
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	31.162	26.846
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	13.934	18.745
Dividendos a pagar	19.317	11.122
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	27%	28%

A assembleia geral ordinária e extraordinária de abril de 2020 aprovou a distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, todavia, considerando o cenário atual e visando a proteção do caixa da Companhia, foi aprovada a revisão da proposta de distribuição em assembleia geral extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2020 da seguinte forma: R\$ 18.745 a título de JCP, R\$ 1.819 a título de reserva legal; R\$ 839 destinados a compensação da provisão para perdas de créditos esperadas, pela adoção inicial em 2018; R\$ 35.326 em forma de dividendos e R\$ 53.692 destinados a constituição de reserva especial, conforme art. 202, §5º da Lei 6.404/1976 – Lei das S.A.

Adicionalmente, foi aprovada a distribuição do montante de R\$ 11.501 em 26 de março de 2020 proposta de distribuição de resultado de 2019 em forma de dividendos à conta de reserva de Expansão, nos termos da lei.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a assembleia geral extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a serem distribuídos aos acionistas no valor R\$ 13.934.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

e) Reserva especial

Na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2020, em conformidade com o §5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, considerando o endividamento da Companhia, os acionistas decidiram por unanimidade reter parte do lucro correspondente ao exercício de 2019 deixando de distribuí-lo, dessa forma, foi constituída uma reserva especial, com saldo no montante de R\$ 53.692.

f) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é o mesmo, uma vez que a Companhia possui o mesmo tratamento para ações preferenciais e ordinárias, não havendo nenhum efeito dilutivo (Nota 16.a).

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	124.647	110.042
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação ^(milhares)	1.995.023	1.995.023
Lucro básico por ação ^(R\$)	0,06248	0,05516

17. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2020	2019
Trabalhistas	1.495	1.856
Cíveis	2.400	3.087
Regulatória	45	71
Tributárias	12.191	12.022
	16.131	17.036

A composição e movimentação das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2019	Provisionado no exercício	Baixas por reversão/pagamento	Atualização monetária	2020
Trabalhistas	1.856	617	(1.255)	277	1.495
Tributárias	12.022	50	-	119	12.191
Regulatórias	71	31	(61)	4	45
Cíveis	3.087	59	(848)	102	2.400
Total	17.036	757	(2.164)	502	16.131

	2018	Provisionado no exercício	Baixas por reversão/pagamento	Atualização monetária	2019
Trabalhistas	956	1.774	(1.043)	169	1.856
Tributárias	11.868	-	(177)	331	12.022
Regulatórias	133	48	(124)	14	71
Cíveis	3.556	298	(1.046)	279	3.087
Total	16.513	2.120	(2.390)	793	17.036

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

As contingências tributárias referem-se aos processos de execução fiscal ajuizada pela união federal, objetivando a cobrança de supostos créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 12.191 (R\$ 12.022 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente a Companhia possui outros processos divididos em: (a) trabalhistas R\$ 1.913 (R\$ 3.132 em 31 de dezembro de 2019), (b) tributários R\$ 11.723 (R\$ 8.965 em 31 de dezembro de 2019), (c) regulatórios R\$ 814 (R\$ 756 em 31 de dezembro de 2019) e (d) cíveis R\$ 104.514 (R\$ 84.036 em 31 de dezembro de 2019) que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Referente as contingências cíveis possíveis o saldo apurado refere-se principalmente a uma ação movida pelos clientes por não concordarem com o aumento da margem decorrente da 2ª Revisão Tarifária, buscando a anulação desse aumento praticado mediante edição de Deliberação da AGENERSA.

Há ainda depósitos judiciais de natureza trabalhistas R\$ 228 (R\$ 235 em 2019) e cível R\$ 2.011 (R\$ 2.626 em 2019).

18. Compromissos

18.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional (“Contrato”), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de julho de 2019 foi celebrado o termo aditivo nº 11 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes acordaram: (i) a alteração das Quantidades Diárias Contratadas (QDC); e (ii) a atualização do valor total do contrato em face da alteração da QDC.

Até dezembro de 2020, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de “Take or Pay” no final do ano.

19. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Venda de gás	2.579.605	3.282.511
Contratos de construção	20.411	19.864
Outras receitas ^(a)	23.947	1.544
Total receita bruta	2.623.963	3.303.919
(-) Deduções da receita bruta	(441.029)	(570.534)
Receita líquida	2.182.934	2.733.385

(a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras.

20. Custo do serviço prestado

	2020	2019
Compra de gás e de serviços	(1.873.889)	(2.423.021)
Custo dos contratos de construção	(20.411)	(19.864)
Amortização	(39.035)	(16.637)
	(1.933.335)	(2.459.522)

21. Revisão tarifária

Em 30 dezembro de 2020, foi proferida a Deliberação nº 4.163, a qual reconheceu o direito da Companhia em reajustar a tarifa, no percentual de 24,52%, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021; bem como, considerando os efeitos da pandemia, autorizou que a Companhia procedesse com o reajuste de forma escalonada ao longo do ano, incidindo em fevereiro o percentual de 4% e; para os meses de maio agosto e novembro, o percentual de 6,2%. Adicionalmente, a deliberação determinou a escrituração paralela, em formato de conta gráfica, para comparação dos valores efetivamente arrecadados com aqueles que seriam devidos se o realinhamento tarifário fosse feito pela adoção dos percentuais ordinários de atualização monetária. Havendo impacto, o mesmo será lançado como compensação no exercício de 2022.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente à quarta revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

A Naturgy elaborou, ao longo de todo o processo, ampla oferta técnica de subsídios, estudos de consultorias especializadas e argumentos jurídicos robustos para defender suas propostas, devidamente apresentadas à agência reguladora. No entanto, o Conselho Diretor da casa, por maioria de votos e uma abstenção, não acatou diversos pleitos e desconsiderou os trabalhos apresentados por consultorias especializadas. A deliberação, publicada em 24 de março, imputou à esta Distribuidora uma redução na ordem de 84% em sua margem tarifária. A Companhia, e seus assessores legais, entendem que a Deliberação não coaduna com a melhor prática legal e, se necessário, apresentará, oportunamente, seus argumentos para a reforma da decisão.

Por fim, em 26 de março, por meio do Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI nº 320, a Companhia foi cientificada da decisão que suspendeu os efeitos e os prazos processuais da referida Deliberação.

22. Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2020	2019
Serviço de profissionais contratados	(27.218)	(32.524)
Amortização	(487)	(22.669)
Serviços de manutenção	(8.001)	(9.029)
Honorários e remuneração pessoal-chave	(4.305)	(4.292)
Utilidades, materiais e serviços	(2.105)	(2.402)
Provisões (reversões), líquidas	(2.482)	(1.980)
Provisão para perdas de crédito esperada ^(Nota 7)	(1.901)	(638)
Despesa de vendas	(1.098)	(2.088)
Propaganda e publicidade	(1.085)	(1.196)
Arrendamento	(483)	(558)
Outros	(121)	173
	(49.286)	(77.203)

23. Outras receitas e despesas, líquidas

	2020	2019
Indenização a terceiros	(1.633)	(1.139)
Receita de penalidades por desvio de programação	3.068	1.964
FEEF ^(a)	(7.241)	(8.151)
Cessão de capacidade de duto	(669)	(915)
Demais despesas (receitas)	(282)	(577)
Baixa (venda) de materiais e equipamentos	-	39
	(6.757)	(8.779)

(a) O Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) foi instituído pela Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas e previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro que versa sobre a fruição do benefício fiscal ou incentivo fiscal, já concedido ou que vier a ser concedido, fica condicionada ao depósito ao FEEF do montante equivalente ao percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto calculado com e sem a utilização de benefício ou incentivo fiscal concedido à empresa contribuinte do ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, já considerado no aludido percentual a base de cálculo para o repasse constitucional para os Municípios (25%).

24. Resultado financeiro, líquido

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.472	2.921
Juros e multas	1.984	1.641
Outras receitas financeiras	214	789
Atualizações monetárias ativas	282	912
Despesas financeiras		
Encargos de empréstimo	(15.575)	(26.708)
Comissões	(106)	(33)
Juros capitalizados no intangível ^(Nota 11)	164	371
IOF	(16)	(678)
Juros arrendamento	(63)	(119)
Multa e juros	(443)	(8.640)
Outras despesas financeiras	(44)	(484)
Atualizações monetárias passivas	(471)	(729)
	(16.554)	(37.020)
Resultado financeiro	(11.602)	(30.757)

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/20 a 29/10/21	284.000
Responsabilidade civil geral	29/10/20 a 29/10/21	852.000
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/20 a 29/10/21	94.000

Marco Francesco Patriarchi
Diretor Econômico-Financeiro

Emerson de Pontes Sales
Contador CRC-110288/O-9 RJ

CEG RIO S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores
e Acionistas da CEG RIO S.A.

Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG RIO S.A. (“Companhia” ou “CEG RIO”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC RJ 106.842/O-6

Parecer do conselho fiscal

os membros do Conselho Fiscal da CEG RIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a proposta de Distribuição do Resultado, do orçamento de capital e a proposta de aumento do capital social pela incorporação de reservas de lucros, sem emissão de novas ações. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 19/04/2021, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 19 de abril de 2021.

Renato Achutti

Paulo Andrade Rodrigues

Felipe Kfuri Moreira da Silva

João Eduardo Jost Magalhães

Claudia Monteiro Dias

Naturgy 

www.naturgy.com.br